

ACTA NÚMERO 128 (CENTO E VINTE E OITO)

Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e trinta minutos, no auditório do Comité Olímpico de Portugal, sito na Travessa da Memória n.º 36 em Lisboa, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Discussão e votação de uma proposta de alteração dos Estatutos

Ponto Dois – Rectificação da filiação do Clube de Rugby – Grupo Desportivo de Lagoa;

Ponto Três – Apresentação, discussão e votação do Plano e Orçamento para 2019

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente Miguel Cordovil Matos e pelo Secretário Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória (18.00 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º 4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (18.30 horas).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Paulo Picão Eusébio (AA Coimbra); Leonardo Falcão Trigo (AAIS Agronomia); José Luis Teixeira Duarte e Gonçalo Carvalho (Nova Rugby); Vasco Sevinato Pinto (AEIS Agronomia); Luis Baptista (Belas RC); Mário Filipe Carriço (Caldas RC); Joaquim Meirelles, Lourenço Thomaz Fernandes, Miguel Cordovil Matos e Miguel Rodrigues (CDUL); António Português (CDUP); Miguel Freudenthal e André Cunha (CF Belenenses); Francisco Martins (CR Évora); Miguel Teixeira e Manuel Barros (CR São Miguel); António Costa (CRAV); Miguel Nuno Vilaça (ER Galiza); Luis Filipe Lança de Moraes, Pedro Frago Mendez, João Diniz e Luis Camara Pina (GD Direito); José Maria Correia de Sampaio, José Maria Villar Gomes e Jorge Paixão (GDS Cascais); João Pedro Braz Costa (RC Loulé); Francisco Sousa (RC Montemor); Rodrigo Santos Alves e António Simões dos Santos, (SL Benfica); António Ferreira Aguilar (Sport CP); Tito Arantes Fontes (Sporting CP); Luis Canogia Costa (ARS).

Encontravam-se também presente o Coordenador da Comissão de Gestão FPR Pedro Sousa Ribeiro e os membros da Comissão de Gestão Pedro Vassalo e Manuel Costa,



assim como o Secretário Geral Mário Costa, admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral nos termos do nº. 10 do artigo 20º do Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby

Pelas 18H30, antes de entrar na ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação um pedido de autorização para assistir à reunião, do capitão da Selecção Nacional de XV Salvador Vassalo, pedido que teve voto favorável de todos os delegados presentes.

Ainda antes de dar início aos trabalhos, o Presidente da Mesa submeteu à Assembleia Geral uma proposta do Coordenador da Comissão de Gestão da FPR para alterar a ordem de trabalhos, passando o ponto dois para ponto um, o ponto um para ponto três e o ponto três para ponto dois. Posta à votação, foi a referida proposta aprovada por unanimidade e a ordem de trabalhos alterada em conformidade.

Dando início à sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Coordenador da Comissão de Gestão da FPR Pedro Sousa Ribeiro que confirmou que o pedido de filiação do Grupo Desportivo de Lagoa se encontrava em condições, pelo que o referido Grupo Desportivo podia ser aceite como sócio da FPR. Não havendo quem desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação o novo ponto um da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passando ao novo ponto dois, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Coordenador da Comissão de Gestão da FPR que referiu que o Plano agora apresentado será muito provavelmente alterado pela futura direcção da FPR. O Orçamento apresenta uma situação negativa de cerca de 600.000,00 euros, situação que no seu entender se irá agravar se não forem introduzidas medidas rectificativas. A Comissão de Gestão propõe redução do pagamento de seguros aos Clubes excepto aos clubes que se encontrem nos seus dois primeiros anos de actividade. Apesar de já estarem anunciadas as quebras dos patrocínios da Caixa Geral de Depósitos e Europcar estão previstas as mesmas receitas.

Foi então passada a palavra a Pedro Vassalo, da Comissão de Gestão, que identificou os dois pressupostos em que assenta este orçamento:

Em primeiro lugar, a FPR é o que os clubes quiserem que seja. Em segundo lugar, a situação da FPR exige medidas urgentes que estão contempladas neste orçamento. Entende que se está perante uma hipótese única de alterar o actual estado de coisas, é necessário um “25 de Abril”. Este é um orçamento de combate. Numa síntese, elencou que os objectivos deste orçamento são sanear financeiramente a FPR, aumentar a eficiência operacional e investir no crescimento – selecções, formação e arbitragem. Os pressupostos de que se parte para atingir esses objectivos são cash flow negativo, incapacidade de amortizar dívida, investimento quase nulo nas selecções e ineficácia operacional. O projecto ou proposta contido neste orçamento passa pela redução de

pessoal, responsabilização dos clubes, concentração da arbitragem, investimento nas selecções e formação, comunicação e marketing, venda de activos e liquidação de passivo. Com a actual situação todos os anos perdemos dinheiro o que impossibilita amortização da dívida. Tem de se fazer uma redução de pessoal, tem de se responsabilizar mais os clubes. Na actual situação os árbitros existentes são insuficientes para os jogos todos da época competitiva, existe capacidade para haver árbitros até aos sub-18 e deste escalão para baixo os clubes têm que disponibilizar árbitros. Com esse modelo poderemos ter um trio de arbitragem em pelo menos 30% dos jogos dos seniores. A FPR tem de investir mais nas selecções, na formação e na comunicação e marketing e tentar reduzir o passivo com a venda de activos, se nada for feito o saldo negativo aumentará 67.000,00 euros. Neste momento existem 20.000,00 euros na conta caucionada. A Comissão de Gestão apresentou uma proposta para inverter esta situação e que se vai traduzir na libertação de 200.000,00 euros positivos. Para tal tem de se renegociar com os credores a redução dos créditos e renegociar a conta caucionada com a Caixa Geral de Depósitos, tem de haver libertação de pessoal administrativo e dos técnicos da formação, do alto rendimento e selecções que passam a trabalhar a tempo inteiro e a interagir mais com os clubes, toda a estrutura administrativa passa para a sede e deixam o Jamor. A sede será vendida para amortizar a dívida e a FPR passa para outro local que está a ser negociada a sua cedência sem custos com uma autarquia. Se esta proposta for implementada, daqui a um ano teremos cash flow positivo, saneamento do passivo, aumento do investimento e uma maior responsabilidade e envolvimento dos clubes. Após esta apresentação, Pedro Vassalo apresentou em detalhe os números do orçamento, ilustrando com um mapa de diferenças que a ser cumprido liberta 280 mil euros para investir.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu então o debate, passando a palavra ao delegado António Português do CDUP, que mostrou apreço pelo trabalho desenvolvido pela Comissão de Gestão e espera que os clubes aceitem a proposta agora apresentada, mas manifestou apreensão se tal significar aumento de despesas para os clubes a meio do exercício.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou então a palavra a Lourenço Fernandes Thomaz do CDUL, que também apreciou o trabalho e a estratégia apresentada pela Comissão de Gestão, tal como as reuniões promovidas pelo GD Direito, mas salientou que não há dinheiro e não foi apresentada qualquer proposta comercial. O caminho não pode ser só cortar, tem de se trabalhar também no lado da receita. Hoje em dia já não se conseguem patrocínios como há uns anos atrás, o paradigma mudou. Falta dinheiro para dar visibilidade ao Rugby, mas agora as empresas dão dinheiro para as actividades de responsabilidade social, estamos a correr o risco de estar a cortar demasiado, tornando difícil o trabalho da nova direcção. Após esta intervenção, interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, fazendo notar que efectivamente vivemos uma altura especial e transitória da vida da FPR, sendo



muito gratificante constatar a capacidade de aglutinação que o rugby tem evidenciado no passado recente.

Paulo Picão da AA Coimbra, interveio então, referindo que a Comissão de Gestão apresentou um excelente diagnóstico e manifestou concordar com Lourenço Fernandes Thomaz, no sentido de ser necessário apresentar um projecto e uma equipa que lidere e transmita confiança aos investidores. Entende que se trabalhou pouco na vertente da receita, porventura porque isso implica a apresentação de um projecto e das pessoas que o vão liderar, que não é o caso da Comissão de Gestão. Considera que tem de haver um grande esforço na eficiência operacional, porque esta proposta aumenta as despesas dos clubes, com o pagamento dos seguros das camadas jovens, que já têm os orçamentos fechados.

Pedro Sousa Ribeiro pediu a palavra para esclarecer que os seguros desta época já estão pagos pela FPR e portanto os clubes só terão esse novo encargo para a época desportiva 2019/2020.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra a Miguel Teixeira do CR São Miguel que agradeceu o trabalho da Comissão de Gestão. O CR São Miguel entende que os clubes devem pagar os seguros, assim como devem participar nas despesas dos árbitros. Concorda que se tem de trabalhar rapidamente na angariação de novas receitas que passa pela organização de eventos, a FPR deveria organizar um grande evento, por exemplo um grande torneio de sevens.

José Maria Correia de Sampaio do GDS Cascais frisou que se está a viver um momento importante no rugby, que está optimista com o consenso que se tem verificado desde a demissão da anterior Direcção e considera que muito tem sido feitos nos últimos tempos. Agradeceu o trabalho da Comissão de Gestão, para quem se deve olhar como se estivéssemos no tempo da Troika, no seu entendimento., Concorda na generalidade com as propostas apresentadas, mas chama atenção para que se deve analisar com cuidado as rescisões de contratos.

Pediu a palavra Luis Canogia da ARS que deu parabéns à Comissão de Gestão pelo diagnóstico e propostas apresentadas. Devemos envolver mais a FPR com as autarquias e em projectos de responsabilidade social entre outros. Considera que os clubes têm de ter a coragem de assumir a obrigação de criar árbitros.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra a Luis Filipe Lança de Moraes, do GD Direito, que disse que o seu clube, no seguimento da última Assembleia Geral, dinamizou reuniões em todo o País rugbista onde foram apresentadas algumas propostas já divulgadas. Entende que agora se devem ouvir outras pessoas incluindo candidatos para continuar o trabalho construtivo que tem sido feito. Acha que

algumas propostas apresentadas pela Comissão de Gestão não devem ser implementadas pela mesma, para não condicionar a futura direcção.

Miguel Freudenthal do CF Belenenses receia a redução de verbas na arbitragem e a ausência de pelo menos um árbitro nos sub-18, escalão que já tem jogos muito competitivos, pelo que propôs que não se amortizem 30.000,00 euros para evitar ausência dos árbitros nos sub-18.

Pedro Sousa Ribeiro pediu para intervir para informar que relativamente a este ponto existem opiniões diferentes no seio da própria Comissão de Gestão.

Pedro Fragoso Mendes do GD Direito enalteceu o trabalho da Comissão de Gestão, acha que o rugby está vivo e que a Comissão de Gestão tem toda a legitimidade para avançar com as medidas propostas, devendo os clubes considerar os membros da Comissão de Gestão como pares e não como “os outros”. Quanto à arbitragem, entende que não deve haver mais dinheiro para a mesma em detrimento dos jogadores internacionais e das selecções, já que é fundamental dotar estes últimos de condições para apresentarmos um produto (selecções com visibilidades) vendável.

Interveio então Luis Pina, do GD Direito, que considera um erro não se ter árbitros nos sub16 e sub18. Podem ser os clubes a ajudar a resolver, mas as coisas terão de ser faladas e programadas, não se pode chegar ao campo e perguntar quem está para apitar. Era bom haver o contributo de todos para arranjar mais receitas.

João Diniz do GD Direito agradeceu à Comissão de Gestão o trabalho apresentado e questionou o que significa fechar o CAR do Jamor.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Secretário Geral Mário Costa que informou que significa passar todos os serviços administrativos para a sede.

João Diniz do GD Direito retomou a palavra questionando se havia alguma limitação estatutária a respeito da alienação da sede.

Tito Arantes Fontes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, disse que essa é uma matéria que tem de ser votada em Assembleia Geral convocada especificamente para esse efeito.

Pedro Sousa Ribeiro da Comissão de Gestão pediu a palavra para informar que existem contactos iniciais com a Câmara Municipal de Odivelas que estão interessados em receber a sede da FPR no âmbito do seu projecto de Odivelas Capital do Desporto. É um processo que se encontra numa fase inicial de estudo e que poderá demorar cerca de 6 meses a conhecer novidades.



O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra a Joaquim Meirelles do CDUL que referiu que a parte comercial é importante, muito dos custos podem ser convertidos em patrocínio que é uma forma mais aceitável das empresas apoiarem a modalidade. Deve-se apostar também no voluntariado e no rugby feminino que pode gerar maior receptividade à modalidade.

Luis Filipe Lança de Moraes do GD Direito disse que relativamente ao património devemos negociar os pagamentos aos credores antes de vender. Relativamente aos seguros existem alguns conflitos entre a FPR e os clubes, a empurrarem as responsabilidades uns para os outros por causa de jogadores lesionados, inclusivamente já houve jogadores que deixaram de jogar por causa destas indefinições. Entende que a negociação dos seguros deve envolver alguma preparação e que não deve ser feita pelos médicos. A FPR deveria, inclusive, envolver outras federações de modalidades de contacto, para negociar seguros em conjunto.

António Costa, do CR Arcos Valdevez, manifestou que o seu clube não concorda com a ausência de árbitros em jogos de escalões mais jovens. Referiu que se a verba de 60.000,00 euros dedicada aos árbitros não é para pagar dívidas anteriores, os mesmos devem fazer sacrifícios. O CRAV entende que as taxas de inscrição dos jogadores devem ser proporcionais à interioridade dos clubes, reflectindo uma compensação pelas distâncias percorridas pelos clubes.

José Maria Villar Gomes, do GDS Cascais, agradeceu e deu os parabéns a Comissão de Gestão pelo trabalho e propostas apresentadas. Concorda na generalidade com tudo o que foi apresentado, mas discorda em relação à arbitragem, Entende que não deve haver desinvestimento nos árbitros, pois tal afecta a qualidade dos jogos. Perguntou ainda como se explica que se tire 60.000,00 euros à formação e desenvolvimento e se diga que vai haver uma aposta maior na formação.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra a Salvador Vassalo, capitão da selecção nacional de XV, que transmitiu a preocupação dos jogadores, que entre si também discutem as questões abordadas. Para que a selecção nacional tenha melhores resultados é necessário apoiar mais os jogadores. Para a viagem para a Roménia, o jogo mais importante do passado recente, os jogadores estiveram de estar no aeroporto às 03H00 da manhã de quarta feira e os Sub-20 chegaram a dormir no chão e alguns pagam dos seus bolsos viagens para virem para Portugal. Não sabe se é um problema de ineficácia operacional, diria antes falta de exigência. Não é o dinheiro que move os jogadores, mas o amor à camisola tem limites, a sensação que fica é de abandono e falta de comunicação, desorganização e desinteresse. Por exemplo, não são dadas quaisquer explicações porque não vêm os jogadores que estão no estrangeiro. Se o jogo da Roménia não tivesse sido adiado os internacionais que jogam no estrangeiro não teriam podido jogar... Exige-se, por isso, maior rigor dos responsáveis das selecções.

Ainda antes de passar a palavra à Comissão de Gestão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral interveio para chamar atenção para as receitas que podem advir das apostas do PLACARD, tendo apresentado o exemplo do Basquetebol que recebeu cerca de um milhão de euros, fundamentalmente pelas apostas dos jogos da NBA. O Rugby também pode desenvolver uma estratégia de comunicação para que os seus adeptos apostem nos Torneios da 6 e 4 Nações no Mundial de Rugby e nos test matches, podem também trabalhar com as autarquias em projectos que ajudem a manter os adolescentes no rumo certo.

Nesta altura a Mesa registou a saída da Assembleia Geral do delegado do CF Belenenses Miguel Freudenthal.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra a Pedro Vassalo que salientou que a questão dos proveitos obriga a que haja uma ideia, uma estratégia, um projecto que possa ser vendido por alguém que não uma Comissão Provisória. A estratégia actual passa por mostrar que primeiro arrumámos a casa e que agora pretendemos apostar nas selecções. A aposta tem que passar pelas selecções pois é o que vai fazer com que o rugby seja falado. Quanto à arbitragem, o modelo proposto acontece nos sub 18 em Inglaterra. Este é um orçamento de combate, não é uma opção definitiva. A vantagem desta solução é que com os árbitros deixa de haver discussão – aprovámos o orçamento que eles apresentaram para aquele número de jogos. São 60 mil euros para 980 jogos. A arbitragem fica garantida nos jogos principais, mas nos jogos de sub-18 tem de haver participação dos clubes. Realce-se que esta Comissão não reconhece a alegada dívida de 15 mil euros a observadores, uma vez que a mesma não está documentada na contabilidade. A nível financeiro, importa atentar que o ativo da FPR são 300 mil euros e o passivo são 600 mil. A isto chama-se situação líquida negativa. A FPR está em falência técnica, se houver um fornecedor que embirre a FPR fica numa situação muito complicada. Com a proposta da Comissão de Gestão sobra um superavit que pode ser usado no que a futura direcção entender. Entendemos que a estrutura das selecções nacionais (um seleccionador e três ou quatro treinadores) tem de ser a tempo inteiro, de uma vez por todas os assalariados da FPR têm de cumprir as suas obrigações, a proposta prevê a dispensa de cerca de 10 elementos. Os serviços da FPR têm de ter liderança, as regras têm de ser cumpridas, a nova direcção tem de dar força aos seus serviços. Entende por isso que a FPR tem de ter uma espécie de CEO ou Director Geral, que no seu juízo poderia perfeitamente ser o actual Secretário Geral Mário Costa.

Pedro Sousa Ribeiro referiu que há municípios que suportam os custos dos seguros dos jogadores. Relativamente ao PLACARD estão previstas receitas de 60.000,00 euros ano e é muito importante que haja maior divulgação para aumentar estas receitas. Quanto aos árbitros o diferendo que existe actualmente é com os observadores dos árbitros porque as despesas que reclamam não estão documentadas.



Manuel Costa, da Comissão de Gestão, interveio então referindo que no seu entender, os árbitros ainda não perceberam que fazem parte do jogo, razão pela qual os temos de trazer para dentro. Não é por acaso que não se encontra nenhum nesta Assembleia.

António Costa, do CRAV, questionou se os árbitros iriam ser aumentados, já que é isso que lhe parece resultar do facto de se manter o orçamento e deles apitarem menos jogos.

José Duarte da Nova Rugby chamou atenção para um episódio verificado no último jogo da sua equipa com uma equipa alentejana, no qual o árbitro veio do Alentejo na camioneta da equipa adversária, pelo que questionou se o árbitro teria apresentado despesas de deslocação.

Pedro Vassalo da Comissão de Gestão, chamou atenção de que para dispensar pessoal é preciso pagar indemnizações, sendo que a verba em causa não está aqui contemplada e que acredita que o IPDJ irá ajudar.

José Correia de Sampaio questionou se a proposta do Belenenses de haver árbitros nos jogos de sub 18 provocou alguma evolução da posição da Comissão de Gestão. Referiu que a manter-se a falta de árbitros nos sub-16 e sub-18, tal obriga a que haja uma sensibilização muito grande junto dos dirigentes, técnicos, pais e jogadores e que este seja um processo devidamente organizado.

Manuel Costa da Comissão de Gestão informou que a questão dos árbitros sub-16 e sub-18 é um processo que ainda está em discussão e que por agora iriam existir árbitros em todos os jogos, já que é isso que está em execução.

Não havendo quem mais quisesse usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pôs à votação o Plano de Actividades e Orçamento para 2019 que foi aprovado por unanimidade e aclamação dos delegados presentes.

Passando ao novo terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral confessou ter tido algumas dúvidas sobre se este seria o momento para se discutir e votar uma proposta de alteração de estatutos. Optou, por isso, por colocar a situação à consideração da Assembleia, tendo lido os pontos constantes da proposta sob apreciação.

Pedro Sousa Ribeiro defendeu então a proposta de alteração, referindo que a intenção é voltar à situação anterior a 2015, com a especificidade de se permitir que os presidentes dos clubes possam integrar o Conselho Geral.

Pedro Fragoso Mendes do GD Direito referiu que o regime jurídico actual foi feito a pensar no futebol. No ano passado o IPDJ pediu às Federações das outras modalidades para darem o seu contributo para se adaptar o regime jurídico de forma a ser compatível

com todas as modalidades. Entende que antes de se mexer nos estatutos da Federação, o que se tem de fazer é sentar, conversar e rever de uma forma conjugada o regime jurídico actual, de uma forma conjugada com outras federações. Propõe que a proposta não seja votada e seja encarada como uma sugestão para a futura direcção.

José Maria de Sampaio do GDS Cascais sugeriu apenas que Artº 25º n.º1 se deixasse expresso que o dia 31 de Dezembro aí referido é o anterior ao 30 de Abril em causa.

Luis Canogia da ARS levantou dúvidas sobre a legalidade das alterações propostas ao artigo 34º.

Pedro Sousa Ribeiro manifestou então a intenção de retirar este ponto da ordem de trabalhos, ficando o projecto como contributo para a futura direcção.

Pedro Fragoso Mendes do GD Direito disse que irá enviar o contributo da Comissão de Gestão a todos os Clubes.

Pedro Sousa Ribeiro informou, por fim, que há 3 semanas houve uma reunião de presidentes das Federações de todas as modalidades com o Governo, onde foi anunciado que o Estado irá abrir concurso para dois canais de televisão em sinal aberto, sendo um deles de desporto. Foi a própria Federação Portuguesa de Futebol que convocou a reunião e registou com agrado que dela resultou que o objectivo é que o canal visasse a efectiva promoção do desporto e não as questiúnculas desportivas do futebol a que nos habituaram as outras televisões.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados pelas 21.30, lavrando-se a presente acta que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Luis Canogia' and other illegible signatures.